

POLÍTICAS CULTURAIS (*)

WITOLD ZYSS

Há alguns anos, a simples expressão "política cultural" teria sido considerada, em alguns países, como uma verdadeira provocação. Muitas pessoas se teriam revoltado com a idéia de que a vida espiritual dos povos, de que a cultura, domínio por excelência da consciência individual, império do artista rebelde por definição a qualquer regulamentação, pudesse tornar-se objeto de uma política, isto é, de uma ação ajustada e coordenada pelos poderes públicos, em suma, um assunto governamental.

Ela é, todavia, uma conseqüência inelutável da evolução social e econômica de nosso tempo, marcada especialmente pela elevação do nível de vida e de instrução dos povos, pelas mudanças profundas nas estruturas sociais, pela crescente importância do lazer, pelo extraordinário desenvolvimento dos meios de comunicação que permitem uma difusão imediata, na escala de todo um país, e, num futuro bem próximo, em escala mundial, não apenas de notícia, mas também das obras do espírito. Esta evolução permite a um número cada vez maior de indivíduos participarem diretamente de todas as atividades das comunidades de que fazem parte. Ela ensejou o aparecimento de novas necessidades ao mesmo

(*) Palestra proferida pelo Chefe da UNESCO no Brasil, Dr. Witold Zyss, perante as Comissões de Educação e Cultura do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, em 21-11-73.

Publicação solicitada pelo Senhor Senador Tasso Dutra, Presidente da Comissão de Educação e Cultura, em maio de 1975.

tempo que cria os meios técnicos de satisfazê-las. Nasce uma nova concepção do papel da cultura na vida do indivíduo e do Estado. A cultura já não pode ser considerada como o atributo exclusivo, como o privilégio de uma pequena elite favorecida pelo berço, pela fortuna e pela instrução; ao contrário, constitui-se atualmente em um componente essencial da vida do homem e em condição fundamental do progresso de cada sociedade e da humanidade como um todo.

Não é pois de admirar que um número crescente de governos se preocupe com os problemas de planejamento, organização e financiamento da ação cultural, assim como da definição das suas finalidades e de seus métodos, nem que a UNESCO tenha posto em andamento um vasto programa de cooperação internacional a fim de definir princípios e orientações capazes de ajudar os países-membros a elaborar e pôr em prática suas políticas culturais. A 15ª (décima quinta) sessão da Conferência-Geral, em 1968, autorizou o Diretor-Geral da UNESCO "a estudar os meios de contribuir para o desenvolvimento cultural, principalmente através de estudos dos problemas institucionais, administrativos e financeiros com que se defronta a ação cultural".

Para levar a cabo esta Resolução, a UNESCO convocou uma Conferência intergovernamental sobre os aspectos institucionais, administrativos e financeiros das políticas culturais. Antecedida por uma série de reuniões de peritos, esta Conferência teve lugar em Veneza, de 24 de agosto a 2 de setembro de 1970, contando com a participação das delegações de 86 países-membros — entre as quais uma importante delegação brasileira, presidida pelo Prof. Arthur Ferreira Reis, naquela época presidente do Conselho Federal da Cultura.

Esta importante conferência, a primeira reunião de caráter governamental convocada em escala mundial para tomar conhecimento das questões relativas à cultura, propiciou uma ampla comparação das experiências e idéias nacionais nesse campo; ela conduziu a uma tomada de consciência, em escala internacional, da natureza e da importância dos problemas culturais no mundo moderno e da responsabilidade que compete às nações na matéria; ela formulou, enfim, uma série de recomendações que, por um lado, são de molde a dirigir e esclarecer a ação dos países e, por outro lado, determinam as grandes orientações do programa da UNESCO para os anos que virão.

Como segunda etapa desses encontros e confrontações internacionais, a UNESCO organiza reuniões similares nas diversas regiões do globo. A primeira dessas reuniões regionais, a Conferência Intergovernamental sobre as políticas culturais na Europa, realizou-se em Helsinki, de 19 a 28 de junho de 1972. A próxima conferência dessa série, a Conferência Intergovernamental sobre as políticas culturais na Ásia, está

marcada para o próximo mês em Jagabarta, na Indonésia; conferências similares estão previstas para 1975, na África, e para 1977, no hemisfério ocidental.

A Conferência de Veneza adotou 24 resoluções relativas aos diversos aspectos do desenvolvimento cultural e principalmente aos seguintes pontos: formulação e aplicação de uma política cultural; intercâmbios culturais entre os países; preservação do patrimônio cultural e histórico; assistência à criação artística; acesso à cultura a todas as categorias sociais; formação de pessoal especializado, organizadores e administradores, no setor cultural; financiamento da ação cultural; cooperação internacional com os países em desenvolvimento. Em um campo tão recente como este que ora nos interessa, em que a tomada de consciência da importância do problema remonta há apenas alguns anos, seria inútil pretender formular soluções definitivas e oferecer fórmulas a serem simplesmente seguidas. Entretanto, poderá ser útil uma tentativa de se separar, com base principalmente nos trabalhos das conferências de Veneza e de Helsinki e do esforço de estudo e reflexão que as acompanharam e seguiram, um certo número de conclusões sobre as quais uma concordância bem generalizada parece se destacar entre os especialistas e os homens de ação. Tentaremos ver primeiramente quais poderão ser os fundamentos ideológicos ou, se preferirem, filosóficos, das políticas culturais no mundo moderno, e em seguida quais os principais problemas que deverão ser enfrentados pelos responsáveis pela ação cultural, tal como aparecem nesta confrontação de idéias e de experiências da qual acabo de falar. Gostaria finalmente de acrescentar algumas palavras sobre as perspectivas de ação internacional neste campo.

O fundamento mais importante de uma política cultural consiste no reconhecimento do direito à cultura. Este é um conceito relativamente novo: tem origem na Declaração Universal dos Direitos do Homem, adotada pela Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. O artigo 28, parágrafo 1º, desta Declaração prevê o seguinte:

“Toda pessoa tem o direito de tomar parte livremente na ação cultural da comunidade, de desfrutar das artes e de participar do progresso científico e das benfeitorias dele resultantes.”

Trata-se de um texto de valor considerável, e que introduz uma nova dimensão nas relações entre o homem e a sociedade. Se, no que diz respeito aos direitos que chamarei de clássicos, principalmente os direitos políticos, a Declaração universal foi buscar — ao tempo em que as precisava e aprofundava — o conjunto de idéias que se origina desde o século XVIII, em textos tais como a Declaração da Independência dos Estados Unidos e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, na França; aqui, no setor que nos interessa, ela realizou um trabalho

inovador. Para analisar a profunda significação deste conceito de direito à cultura e suas conseqüências, o melhor que tenho a fazer é citar as palavras do Diretor-Geral da UNESCO, Sr. René Maheu, que, em seu discurso de abertura à Conferência de Veneza, dizia:

"Não é certo que se tenha compreendido na época todo o significado deste texto que proclamou um novo direito para o homem: o direito à cultura. As conseqüências de uma tal afirmação são entretanto evidentes . . . Se todo homem tem o direito, como exigência essencial de sua dignidade, de participar da herança e da atividade cultural da comunidade, ou, melhor, das comunidades às quais ele pertence — incluindo, é claro, a comunidade-limite, que é a humanidade —, conclui-se que as autoridades que estão encarregadas dessas comunidades têm o dever de fornecer-lhe, dentro do limite dos recursos de que dispõem, os meios para esta participação. Isto é válido tanto para os direitos ditos sociais, dos quais faz parte o novo direito à cultura, quanto para os direitos políticos, sendo que as únicas diferenças são de circunstância, sabendo-se que os direitos sociais, de natureza mais complexa e de origem mais recente, não atingiram ainda o mesmo grau de rigor em sua definição teórica nem em suas aplicações práticas.

Todo homem tem pois o direito à cultura tanto quanto à educação e ao trabalho. Isto significa . . . que os poderes públicos devem, na medida do possível, fornecer-lhe os meios de exercer este direito. Este é o primeiro fundamento e a meta principal da política cultural."

Este novo conceito de direito à cultura penetra progressivamente no direito positivo. As Constituições mais recentes o mencionam freqüentemente. Assim é que a Constituição italiana, que data de 1947, anuncia em seu artigo 9º: "A República encoraja o desenvolvimento da cultura, bem como a pesquisa científica e técnica. Ela protege a paisagem e o patrimônio histórico e artístico da nação." A Constituição polonesa de 1952 declara (art. 62): "Os cidadãos da República Popular da Polônia têm o direito de se beneficiarem das conquistas da civilização e de participarem ativamente no desenvolvimento da cultura polonesa." E eu não preciso vos lembrar que a própria Constituição brasileira situa-se na mesma linha, pois seu artigo 180 contém esta fórmula breve e enérgica: "O amparo à cultura é dever do Estado."

A este primeiro fundamento de toda política cultural — o direito à cultura — acrescenta-se um outro, que é o conceito de desenvolvimento. É também um conceito novo; pode-se dizer que a noção de desenvolvimento como objetivo central, fundamental, da política nacional não remonta senão há uns 20 anos. Ora, as idéias a esse respeito evoluem

rapidamente, o que pode se refletir mesmo no vocabulário: há uns 20 anos atrás falava-se principalmente do desenvolvimento econômico; mais tarde tendeu-se a falar do desenvolvimento econômico e social; atualmente utiliza-se cada vez mais o termo desenvolvimento, simplesmente.

Se a noção de desenvolvimento foi assim ampliada e diversificada, foi porque se percebeu muito rapidamente que o desenvolvimento não é simplesmente condicionado pela tecnologia e pelos investimentos; é muito mais uma questão de espírito, de comportamento. Os sociólogos descreveram amplamente o fenômeno da resistência à mudança que, tanto quanto a pobreza dos meios materiais, pode constituir um obstáculo à realização dos planos do desenvolvimento. Constatou-se rapidamente que os fenômenos sociais, tais como educação, emprego, saúde, estão intimamente ligados aos fenômenos de crescimento econômico. O desenvolvimento é, pois, um fenômeno global, atingindo-se assim a noção de desenvolvimento cultural, condição essencial da adaptação da sociedade a um mundo em contínua mutação. Este problema da integração da cultura no desenvolvimento é particularmente importante para os países ditos "em desenvolvimento", para os quais um desenvolvimento importado, baseado na transferência de tecnologia e capital estrangeiros, poderá ser fonte de uma grave alienação, se não for acompanhado de uma reafirmação, de um reforço da cultura nacional. Constata-se, todavia, que o problema é igualmente grave nos países ricos; as crises sociais que abalam esses países, a crescente recusa de algumas camadas da população, principalmente da juventude, em participar do esforço de desenvolvimento, demonstram que não se pode propor por muito tempo o desenvolvimento exclusivamente econômico como único horizonte, como único objetivo para a mobilização das energias nacionais. Somente a introdução da dimensão cultural poderá dar um sentido verdadeiro ao conceito de desenvolvimento.

A Conferência de Veneza foi unânime em afirmar que o desenvolvimento cultural é uma dimensão essencial ao desenvolvimento total; ela expressou a convicção de que a cultura será o problema-chave dos anos 70 e que o Estado, qualquer que seja seu regime político, suas estruturas econômicas e suas opções ideológicas, tem uma responsabilidade primordial na elaboração e execução de uma política de desenvolvimento cultural.

O trabalho de pesquisa, de reflexão e de confronto de idéias, realizado dentro do quadro das atividades das quais vos falo, permite evidenciar um certo número de constantes, um certo número de princípios, um certo número de problemas que deverão invariavelmente ser enfrentados por todos aqueles que são responsáveis pela política cultural.

Em primeiro lugar, pode-se perguntar qual é o objetivo principal, quais são as finalidades desse tipo de política.

Se considerados verdadeiros os dois conceitos que tentei definir há pouco, o conceito de direito à cultura e o conceito do desenvolvimento cultural, então uma verdadeira política cultural deverá ter por objetivo a democratização da cultura; ela deve ter como meta possibilitar às classes mais extensas da população, ao conjunto de cidadãos, o acesso e a participação na vida cultural.

Esta afirmação está carregada de conseqüências. Ela significa que a cultura já não pode ser considerada como o assunto de uma elite, mais ou menos restrita, de acordo com o país, e de qualquer maneira grandemente desvinculada dos problemas, das preocupações e do modo de vida das massas. Ela significa também que mesmo o conceito de cultura não pode ficar restrito a seus tradicionais componentes, as belas-artistas, as letras, a conservação do patrimônio do passado. Uma cultura aberta a todos deve permitir a cada um entender o mundo onde vivemos, se definir, se situar em relação a seus semelhantes e à sociedade, se comunicar. Ela deve dar a todos e a cada um as armas necessárias para confrontar a agitação do mundo em que vivemos, às mudanças provocadas pela industrialização, pela urbanização, pela desintegração do modo de vida tradicional. Ela não pode favorecer indevidamente um só modelo cultural, herança da sociedade aristocrática do passado, e não pode se limitar a querer dar acesso a esse modelo a um número máximo de indivíduos. Ela deverá respeitar todas as formas e todas as expressões de cultura popular e integrar na vida nacional os diversos tipos de subcultura que se manifestam.

O apoio às instituições culturais tradicionais, tais como os teatros, os museus, as bibliotecas, é certamente um instrumento importante da ação cultural. Mas uma política cultural que se limitasse a isso deixaria de lado o essencial. Eu gostaria de citar aqui os resultados de uma pesquisa efetuada em 1970, na França. Apurou-se nesta pesquisa que 94% dos adultos não vão nunca, ou quase nunca, ao teatro; 98% não vão nunca ou quase nunca a concertos; 70% dos adultos nunca visitaram nenhum monumento e 82% jamais entraram em um museu. Acrescentamos que 50% dos adultos nunca compram livros, 60% praticamente não lêem, e somente 9% estão inscritos em uma biblioteca. Repito que se trata da França, país de antiga tradição cultural, onde o analfabetismo é praticamente desconhecido há várias gerações.

Tal situação levou os especialistas a formular um conceito interessante, o do "não-público". Uma ação cultural que contasse unicamente com o brilho das instituições tradicionais, salas de espetáculo, museus, exposições etc., teria provavelmente como conseqüência favorecer os favorecidos, privilegiar ainda mais os já privilegiados, mas não alcançaria absolutamente o "não-público". Uma democracia cultural caminha à frente desse "não-público", procura os valores atuais que lhes são inerentes; ela não se restringe a aumentar o número de entradas nos teatros

e nos museus, mas procura fornecer aos excluídos da cultura tradicional os meios de se desenvolverem a si próprios, de acordo com suas próprias necessidades e verdadeiras exigências.

Quais são as possibilidades que possui uma política cultural bem concebida de atingir aquilo que chamamos de "não-público"? Essas possibilidades são imensas, graças ao prodigioso desenvolvimento alcançado pelos grandes meios de informação audiovisual, o rádio e a televisão, nesses últimos anos.

Esses poderosos meios de difusão praticamente desconhecem a existência do "não-público". A pesquisa efetuada em 1970 na França, há pouco mencionada, para descrever a importância do problema, mostra que 70% dos lares possuem um aparelho de televisão e que 60% dos adultos assistem às transmissões diariamente; 90% dos lares possuem um aparelho de rádio e 72% dos adultos escutam as transmissões diariamente. Esses números, devo lembrar, datam de 1970 e são provavelmente bem superiores hoje em dia. Em alguns países, as crianças passam tantas horas diante do televisor quanto na escola, a tal ponto que algumas pessoas falam de uma "escola paralela". Uma recente pesquisa na Califórnia revelou que os alunos do secundário passam em média 27 horas por semana na escola e 30 horas diante da televisão.

É, ou melhor, era, de bom tom em alguns meios intelectuais, desdenhar, até mesmo desprezar a televisão, considerada um instrumento de embrutecimento do público e uma perigosa concorrente dos instrumentos tradicionais de alta cultura, tais como a freqüência a espetáculos e a leitura.

Pode-se facilmente constatar que se trata de um ponto de vista não apenas superficial mas totalmente errôneo do problema.

Os instrumentos audiovisuais, e em primeiro lugar a televisão, oferecem o mais poderoso meio de desenvolvimento cultural jamais concebido, tanto no plano da difusão quanto no da criação.

Permitam-me citar aqui mais alguns números particularmente característicos. Na França, 70.000 pessoas puderam assistir, durante um ano, à apresentação do "Burguês Fidalgo" na Comédie Française. Mas uma noite esta peça foi apresentada na televisão; nesta noite, ela foi assistida por 12 milhões de telespectadores. Calcula-se que um filme passado na televisão reúna 10 a 15 milhões de espectadores, enquanto que os maiores sucessos nas salas de cinema não ultrapassam um milhão de entradas. No setor da cultura literária, eis um exemplo característico: durante os últimos 3 anos, as emissoras de televisão de um grande número de países europeus apresentaram o romance do célebre escritor inglês Galsworthy "A Saga dos Forsythe", em forma de novela. Após esta difusão, Galsworthy foi traduzido para muitos mais idiomas do que jamais o fora quando vivo, e a venda de suas obras aumentou enormemente. Somente na França, nos

3 meses seguintes à difusão, 500.000 (quinhentos mil) exemplares de "A Saga dos Forsythe" foram vendidos.

O rádio, e mais ainda a televisão, constituem, pois, a melhor opção para a difusão da cultura e o único meio que permite sobrepujar o fenómeno do "não-público". Além disso, a televisão está se tornando, ela mesma, um meio de expressão artística, permitindo uma renovação da linguagem artística, propiciando experiências apaixonantes. Esta evolução torna-se particularmente evidente no campo da arte dramática. Na Inglaterra, por exemplo, 700 transmissões de arte dramática são produzidas cada ano pela BBC, sendo que a grande maioria é escrita especialmente para a televisão. Que se medite igualmente no surgimento de uma nova forma de expressão, os seriados dramáticos sob forma de novela, cujo imenso sucesso junto a um público muito grande é prova da necessidade do aparecimento de novos métodos de comunicação cultural. De simples técnica de transmissão e difusão, a televisão tornou-se, pois, um meio de criação, uma forma de arte popular autônoma.

Não obstante, é também verdade que a televisão pode ser capaz tanto do melhor quanto do pior. Uma luta constante contra a mediocridade é essencial, e abandonar este poderoso meio de expressão e difusão ao domínio exclusivo dos interesses comerciais absolutamente não se coaduna com o desenvolvimento cultural.

A revolução audiovisual apenas começou. Novos meios técnicos, cuja futura generalização é de se esperar, pressagiam um prodigioso desenvolvimento dos meios de expressão e de difusão. A transmissão da televisão por cabo e o vídeo-cassete permitirão oferecer uma variedade, digamos infinita, de programas de toda espécie, permitindo a cada um escolher aquilo que lhe convém, no momento em que lhe convém. Poder-se-á pois satisfazer o gosto, a curiosidade e as necessidades não mais das massas, mas dos indivíduos. A transmissão dos sinais de televisão por satélite deverá também conhecer um grande desenvolvimento. Estima-se que entre 1980 e 1990 será possível captar diretamente esses sinais pelos receptores individuais. Mal se começa a entrever as alterações que isso provocará na circulação das informações e na difusão dos programas, e conseqüentemente na vida cultural.

Parece, portanto, evidente que toda política cultural só pode ser edificada em torno de e em relação com os meios de grande informação, em primeiro lugar a televisão, a um ponto tal que se pode dizer que a política dos meios de informação e a política cultural se integram.

Gostaria agora de passar mais rapidamente em revista um certo número de outros problemas de política cultural que surgiram das recentes atividades no setor, e principalmente nas Conferências de Veneza e Helsinki. Na primeira linha desses problemas figura o de pessoal especializado, principalmente para aquilo que se convencionou chamar de animação.

A adoção e a execução de políticas culturais criam efetivamente necessidades de pessoal. Foi assim que apareceram novas profissões, cujo **status** e função estão ainda mal definidos, bem como as qualificações que se poderia esperar de seus componentes. Este pessoal deverá servir de mediador ou de intermediário entre a vida cultural e suas instituições e os diversos setores da população que se deseje englobar na ação cultural. Eis aqui uma definição de "animação" lida em uma publicação francesa: a animação representa o conjunto de iniciativas que devem facilitar aos indivíduos e aos grupos o acesso a uma vida mais ativa e mais criativa, dominando melhor as evoluções, comunicando-se melhor com terceiros, e participando melhor na vida das comunidades de que fazem parte, ao mesmo tempo em que desenvolvem sua própria personalidade e adquirem maior autonomia. Somente os trabalhadores fortemente motivados e convenientemente, formados, apoiando-se em instituições flexíveis capazes de atrair o público e à altura de seus gostos e necessidades, integrados nas comunidades locais, poderão representar esse papel. Com os métodos audiovisuais os animadores culturais são o instrumento mais poderoso do desenvolvimento cultural.

Ao lado dos animadores, e por vezes se confundindo com eles, os administradores culturais possuem um importante papel no planejamento da ação cultural e na sua execução.

A definição das diferentes categorias de pessoal, de seus respectivos campos de ação, do lugar que deverão ocupar nas estruturas administrativas do Estado, das qualidades e das aptidões que deverão possuir, enfim — e principalmente — da formação que deverão receber, tais são igualmente alguns dos objetivos das políticas culturais.

O papel e o lugar do artista na sociedade, a necessidade de trazer uma ajuda eficaz à criação artística, sem comprometer a liberdade dessa criação, a procura de métodos visando à melhoria das relações entre o artista e o público, esta é outra série de questões fundamentais às quais qualquer política cultural deve procurar responder.

Os conceitos formados pelo artista a respeito de seu lugar na sociedade, e a maneira como essa mesma sociedade vê o seu papel, podem variar ao infinito. Entre o artista de sucesso, aproveitando pacificamente todas as regalias da sociedade de consumo e aquele que se recusa a integrar-se na sociedade, que faz mesmo todo o possível para destruí-la até seus alicerces, entre o artista encerrado em sua torre de marfim, partidário da "arte pela arte" e o artista engajado, que acha que seu talento lhe traz uma maior responsabilidade dentro da coletividade, todas as nuances são permitidas. De um modo geral, a tendência geral que se destaca é a da aproximação entre o artista e a sociedade e a ampliação de seu público. O artista hoje em dia não está mais encarregado simplesmente de embelezar e tornar mais agradável a existência de alguns privi-

legiados; ele se dirige à população inteira, e os modernos meios de difusão, o cinema, o disco, o livro de baixo preço, o desenvolvimento das técnicas de reprodução, o rádio, a televisão, lhe asseguram um imenso público. Esta circunstância, especificamente, não é necessariamente um fator de molde a favorecer a criação artística. Este imenso público nem sempre está bem preparado para receber a mensagem artística, e constantemente oscila entre um conformismo que sufoca qualquer iniciativa e uma procura do novo e do sensacional a qualquer preço. Educar o público, interessá-lo e torná-lo capaz de compreender e receber a mensagem artística poderá também ser um dos objetivos da política cultural.

A parte alguns sucessos individuais, o lugar reservado para o artista na sociedade contemporânea não é satisfatório. Se alguns conhecem a fortuna, a celebridade, até mesmo a adulação, muitos lutam com dificuldades de toda espécie, tanto no plano moral e intelectual quanto no plano material. A atitude da sociedade em relação ao artista continua bastante equívoca, e muitas pessoas não admitem com facilidade que se trata de uma verdadeira profissão, que, conquanto diferente das outras, merece respeito e consideração ainda quando não se atinge o sucesso.

Dentre todos os problemas da criação artística, o da liberdade do artista é sem dúvida o mais importante, e também um dos mais difíceis de serem resolvidos. No que diz respeito aos princípios, ninguém pensa em negar hoje em dia a importância dessa liberdade. A Conferência de Veneza empenhou-se em reafirmar o caráter essencial e o alcance dessa liberdade nos seguintes termos:

"É preciso tomar um cuidado especial para assegurar a liberdade do artista. A este respeito, a Conferência não quis fazer seu o ditado "aquele que paga comanda". Os artistas devem ter o direito de opinar dentro dos organismos que decidem a política cultural."

"A liberdade do artista é um direito fundamental do homem, mas serve também ao interesse comum, enquanto antídoto de uma burocratização estéril e como estímulo da crítica construtiva, da iniciativa e da inovação dentro da sociedade."

"Já se frisou que a liberdade do artista e de expressão artística não é apenas um conceito jurídico mas que, para ser efetiva, exige condições materiais que permitam ao artista trabalhar."

A Conferência de Helsinki, por seu lado, reafirma solenemente que "o direito do artista de trabalhar livremente e escolher com toda liberdade seus temas, seus assuntos e suas maneiras de expressão constitui um dos direitos fundamentais do homem".

Não se pode entretanto negar que nem sempre esta liberdade é assegurada. Ela enfrenta muitos obstáculos, as restrições jurídicas, a arbi-

triariedade dos poderes públicos, a censura, a intolerância, o poderio dos interesses comerciais.

Existe igualmente uma concordância geral sobre a importância de serem asseguradas ao artista condições materiais que lhe permitam trabalhar, e de se encorajar a criação artística no plano jurídico, econômico e social. A ajuda à criação artística varia consideravelmente de um país a outro, tanto em suas modalidades quanto nos recursos que lhe são concedidos; o conjunto de medidas a esse respeito é muito grande: bolsas, empréstimos e subvenções concedidas aos artistas individuais ou às associações e instituições; compra de obras de arte pelo Estado; construção de alojamentos e ateliês; facilidades fiscais e alfandegárias; apoio às manifestações artísticas (exposições, festivais); medidas jurídicas para a proteção dos direitos morais e patrimoniais dos artistas.

A concessão dessa ajuda não se limita necessariamente ao Estado. As municipalidades, as fundações, as empresas, até mesmo de particulares (coleccionadores), representam também um importante papel.

A ajuda à criação artística, instrumento importante da política cultural, ao mesmo tempo que indispensável para proteger a liberdade e a segurança do artista, contém também riscos para essa mesma liberdade e segurança. Toda ajuda é necessariamente seletiva, e a tentação pode ser grande de utilizá-la como meio de pressão ou de favoritismo, seja por razões políticas ou por considerações estéticas. É por isso que se recomenda a participação dos próprios artistas nas organizações que decidem sobre a política cultural, uma diversificação das fontes de financiamento assim como uma multiplicação e freqüente renovação das instâncias — tais como as comissões — encarregadas de decisões particulares.

Não é possível, em uma preleção desta natureza, abordar todos os problemas que se colocam na elaboração e na realização de uma política cultural, mas existem dois outros aspectos que eu não gostaria de deixar em branco, os quais me contentarei em mencionar brevemente.

O primeiro é a estreita ligação entre a cultura e o meio-ambiente. A partir do momento em que admitimos que a cultura é um componente essencial da vida do homem, e que ela deve ter seu lugar na vida cotidiana, os problemas do meio-ambiente já não lhe podem ficar indiferentes. É necessário reagir contra a degradação do meio-ambiente, consequência de um processo de industrialização e de urbanização mal planejado e mal controlado. Foi por isso que a Conferência de Helsinki declarou que "a organização do meio-ambiente é parte integrante da política cultural, em face, de um lado, aos laços que existem entre a proteção ao meio natural e o completo desabrochar da pessoa humana, e por outro lado, à importância do urbanismo e da arquitetura como manifestações e como cenário da vida cultural".

O último problema que eu gostaria de mencionar é o da importância da pesquisa e utilização dos instrumentos de análise do desenvolvimento cultural. A política e o desenvolvimento culturais são atualmente objeto de pesquisas sistemáticas. Esta pesquisa, de caráter interdisciplinar, engloba uma quantidade de assuntos, que vai da história cultural e estudos teóricos sobre a significação da cultura e seu papel no mundo contemporâneo, até os estudos detalhados sobre as diversas atividades culturais. Ela se esforça particularmente por elucidar as relações existentes entre o desenvolvimento econômico e social por um lado, e o desenvolvimento cultural por outro.

Esta pesquisa se baseia em um esforço para aprimorar as estatísticas da cultura. Estas estatísticas existem, não há dúvida, em vários países, mas são quase sempre fragmentárias e de difícil interpretação. É verdade que a cultura não pode ser resumida em números; mas também é verdade que a elaboração de decisões em matéria de ação cultural, como em qualquer outro campo, só pode ser feita com base em conhecimento preciso do que existe e de uma avaliação objetiva das necessidades dos vários grupos sociais, de seu comportamento e de suas preferências. Daí a importância da pesquisa, que apenas se inicia, sobre os indicadores do desenvolvimento cultural.

É evidente que nesse campo de pesquisa e de aperfeiçoamento dos instrumentos estatísticos, as organizações internacionais poderão representar um papel particularmente ativo, o que me conduz, com naturalidade, à conclusão desta minha exposição, onde gostaria de evocar em poucas palavras a ação internacional no campo da cooperação cultural.

A cooperação cultural internacional é evidentemente um fenômeno muito antigo, mas que se defronta sempre com grandes obstáculos. À primeira vista, sua amplitude parece considerável. Um estudo preparado pela UNESCO para a Conferência de Helsinki demonstra que os Estados europeus participaram de 661 (seiscentos e sessenta e um) acordos culturais bilaterais, além de estarem ligados por um certo número de acordos culturais multilaterais. Apesar disso, essas relações são feitas principalmente entre os países ligados por afinidades políticas e ideológicas, de tal forma que se pode dizer que, se se considerar a Europa como um todo, as interconexões intelectuais e artísticas estão, em alguns pontos, menos desenvolvidas hoje que na época da Renascença. Ninguém duvida que a mesma constatação pode ser feita em escala mundial — numerosos e frutíferos intercâmbios entre os países que possuem entre si ligações culturais ou políticas, mas uma rede bem menos densa de relações em escala mundial.

Neste sentido, uma organização mundial como a UNESCO pode evidentemente representar um papel muito importante. Em sua 14ª sessão, em 1966, a conferência-geral da UNESCO adotou por unanimidade a Decla-

ração dos Princípios de Cooperação Cultural Internacional, da qual eu gostaria de citar dois artigos que me parecem particularmente interessantes:

Art. I — 1) Toda cultura possui uma dignidade e um valor que devem ser respeitados e conservados. 2) Todo povo tem o direito e o dever de desenvolver sua cultura. 3) Em sua profunda variedade, em sua diversificação e influência recíproca que exercem umas sobre as outras, todas as culturas pertencem ao patrimônio comum da humanidade.

Art. V — A cooperação cultural é um direito e um dever para todos os povos e todas as nações, que devem partilhar sua sabedoria e seus conhecimentos.

Deve-se igualmente mencionar a ação da UNESCO no sentido de criar ou tornar precisas as normas do direito internacional, que resultou na adoção de 10 convenções e acordos internacionais e 9 recomendações internacionais relativas à cooperação cultural internacional. Sem enumerar todas, citarei a Convenção sobre a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado, a Convenção universal sobre o direito autoral e, a mais recente de todas, adotada no ano passado, a Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural.

No campo que nos interessa mais particularmente aqui, o da elaboração e execução das políticas culturais, já mencionei o programa das grandes conferências internacionais, começado em 1970, em Veneza, e que prossegue agora na escala dos continentes — Europa em 1972, Ásia em 1973, África em 1975 e América em 1977 — para atingir, em 1978, uma nova conferência intergovernamental mundial, que examinará os resultados das diversas conferências regionais e avaliará as mudanças ocorridas desde o início do programa. Por outro lado, estudos e pesquisas estão em andamento, relativos a questões tais como as estatísticas da vida cultural, os diversos métodos de planejamento e financiamento da ação cultural, a administração e a gestão das atividades artísticas, a formação dos especialistas em planejamento em matéria de desenvolvimento cultural e de administradores e animadores culturais, as modernas técnicas de comunicação, o acesso à participação da vida cultural e o apoio à criação.

Este programa de pesquisa é seguido naturalmente de um programa de publicações, principalmente de uma coleção intitulada: "Políticas culturais: estudos e documentos", que tem por finalidade mostrar de que maneira alguns países planejam e aplicam sua política cultural. Vinte e dois estudos já apareceram até hoje, nessa coleção; eis os 2 últimos, que acabo de receber e que são dedicados respectivamente à Nova Zelândia e ao Senegal. Infelizmente não foi possível até o momento preparar um estudo similar sobre o Brasil, mas as negociações a este respeito estão em andamento, e espero que esta lacuna será preenchida no próximo ano.

Por fim, a Conferência-Geral, em sua última sessão, em 1972, autorizou o Diretor-Geral a estudar a possibilidade de criar, sob a égide da UNESCO, um Fundo internacional para a promoção da cultura, que teria meios de fornecer aos projetos de desenvolvimento cultural uma ajuda semelhante àquela creditada ao desenvolvimento econômico e social. É muito cedo ainda para se dizer quais são as perspectivas com respeito à criação deste Fundo, cuja necessidade é certamente urgente — mas os estudos relativos estão em andamento.

Antes de terminar, algumas palavras sobre a ação específica realizada pela UNESCO em vosso país. Esta ação foi até o momento muito modesta, mas espero que ela possa se desenvolver e ampliar à medida que o nosso programa neste campo se desenvolva e amplie.

Em 1968, três consultores da UNESCO estudaram *in loco* a situação cultural do Brasil, e redigiram para o Governo brasileiro um relatório contendo uma série de recomendações sobre a política cultural no Brasil. No ano passado dois consultores estudaram o problema do desenvolvimento dos museus no Brasil. Um trabalho importante foi executado no campo da conservação e da valorização do patrimônio histórico. Em 1968, um consultor da UNESCO, Sr. Michel Parent, elaborou um relatório sobre esse aspecto, que constitui um inventário particularmente completo das riquezas históricas e artísticas do Brasil. Os trabalhos de conservação e de restauração que estão sendo atualmente executados em algumas cidades históricas, principalmente Salvador e Ouro Preto, receberam ajuda técnica da UNESCO. Finalmente, um especialista em desenvolvimento cultural virá ao Brasil no próximo ano para aconselhar o governo do Estado de Goiás sobre a aplicação do plano cultural naquele Estado.

Estou consciente do fato de que não pude apresentar a Vossas Exce-lências, dentro desta breve explanação, nada mais do que algumas considerações muito generalizadas sobre nosso tema, deixando de lado muitos problemas importantes.

Como já frisei no início, o objetivo da UNESCO lançando este programa não foi o de alcançar uma doutrina em matéria de política cultural, e muito menos o de elaborar uma política cultural modelo. Depende de cada país elaborar e aplicar sua política cultural, em função de sua situação, de suas possibilidades e das aspirações de sua população. Nossa função é primordialmente a de chamar a atenção dos dirigentes e da opinião pública para a importância do problema, de estudar as informações essenciais, de confrontar as diferentes experiências e torná-las conhecidas. Fico feliz em constatar que o Brasil é um desses países onde o conceito de política cultural já possui direito de cidadania e estou seguro de que a aplicação de uma política cultural dinâmica, baseada nas necessidades de desenvolvimento do País, poderá contar com o apoio de vossas duas Comissões.